

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.000
Preferenciais	0
Total	203.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	619.549	588.511
1.01	Ativo Circulante	26.068	37.713
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.548	22.574
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.445	2.731
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.445	2.731
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	3.445	2.731
1.01.03	Contas a Receber	10.058	10.605
1.01.03.01	Clientes	10.058	10.605
1.01.06	Tributos a Recuperar	59	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	59	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	372	904
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	586	899
1.01.08.03	Outros	586	899
1.01.08.03.01	Outros Créditos	586	899
1.02	Ativo Não Circulante	593.481	550.798
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.170	15.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.295	8.834
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	10.295	8.834
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.399	5.809
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.399	5.809
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	476	530
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	476	530
1.02.03	Imobilizado	17.650	19.303
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.650	19.303
1.02.04	Intangível	560.661	516.322
1.02.04.01	Intangíveis	560.661	516.322

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	619.549	588.511
2.01	Passivo Circulante	79.782	76.800
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.449	4.151
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.449	4.151
2.01.02	Fornecedores	13.722	10.395
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.722	10.395
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.375	3.239
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.375	3.239
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.375	3.239
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.282	40.356
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.890	15.509
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.890	15.509
2.01.04.02	Debêntures	25.392	24.847
2.01.05	Outras Obrigações	16.787	18.366
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.639	11.676
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	10.639	5.687
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	5.989
2.01.05.02	Outros	6.148	6.690
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	518	518
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	496	1.038
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	5.134	5.134
2.01.06	Provisões	1.167	293
2.01.06.02	Outras Provisões	1.167	293
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	667	293
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	500	0
2.02	Passivo Não Circulante	311.561	291.657
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	266.241	269.787
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	266.241	269.787
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	266.241	269.787
2.02.02	Outras Obrigações	26.488	5.945
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.000	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	20.000	0
2.02.02.02	Outros	6.488	5.945
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	6.488	5.945
2.02.04	Provisões	18.832	15.925
2.02.04.02	Outras Provisões	18.832	15.925
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	18.110	15.161
2.02.04.02.05	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	722	764
2.03	Patrimônio Líquido	228.206	220.054
2.03.01	Capital Social Realizado	203.000	203.000
2.03.02	Reservas de Capital	577	571
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	577	571
2.03.04	Reservas de Lucros	16.483	16.483
2.03.04.01	Reserva Legal	1.081	1.081
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	15.402	15.402
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.146	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	94.226	59.248
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-75.512	-45.424
3.03	Resultado Bruto	18.714	13.824
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.121	-2.097
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.121	-2.097
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.593	11.727
3.06	Resultado Financeiro	-4.218	-6.725
3.06.01	Receitas Financeiras	4.340	3.083
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.558	-9.808
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.375	5.002
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.229	-1.729
3.08.01	Corrente	-2.819	-1.379
3.08.02	Diferido	-1.410	-350
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.146	3.273
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.146	3.273
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04390	0,02000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	8.146	3.273
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.146	3.273

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	44.566	15.262
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	27.594	21.695
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	8.146	3.273
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	6.308	4.926
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	0	219
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	7.964	9.275
6.01.01.05	Constituição de provisão para manutenção	2.949	2.719
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para manutenção	500	412
6.01.01.07	Plano de opção com base em ações	6	21
6.01.01.08	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	43	108
6.01.01.09	Tributos diferidos	1.410	350
6.01.01.10	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2	-14
6.01.01.11	Juros capitalizados	-3.986	-2.605
6.01.01.12	Atualização monetária provisão para perdas trabalhistas e cíveis	18	46
6.01.01.13	Obrigações com Poder Concedente	1.555	1.487
6.01.01.14	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	2.819	1.379
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	56	99
6.01.01.16	Receita de títulos e valores mobiliários	-192	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	16.972	-6.433
6.01.02.01	Clientes	547	1.611
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-59	129
6.01.02.03	Despesas antecipadas	532	403
6.01.02.04	Outros créditos	313	-522
6.01.02.05	Pagamentos dos depósitos judiciais	0	-114
6.01.02.06	Fornecedores	3.327	-3.659
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-702	-393
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	136	15
6.01.02.09	Partes relacionadas	18.963	1.098
6.01.02.10	Outras contas a pagar	1	-110
6.01.02.11	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-103	0
6.01.02.12	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-2.445	-1.526
6.01.02.13	Títulos e valores mobiliários	-1.983	-1.878
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-1.555	-1.487
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-45.008	-16.608
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-17	-41
6.02.02	Aquisição de intangível	-44.991	-16.567
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.584	-4.305
6.03.01	Aumento de capital	0	4.500
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	-3.502	0
6.03.04	Juros pagos	-7.082	-6.660
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	0	-2.145
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.026	-5.651
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.574	14.194

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.548	8.543

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	203.000	571	16.483	0	0	220.054
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	203.000	571	16.483	0	0	220.054
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6	0	0	0	6
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6	0	0	0	6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.146	0	8.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.146	0	8.146
5.07	Saldos Finais	203.000	577	16.483	8.146	0	228.206

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	160.000	527	0	-6.650	0	153.877
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	160.000	527	0	-6.650	0	153.877
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.500	21	0	0	0	4.521
5.04.01	Aumentos de Capital	4.500	0	0	0	0	4.500
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21	0	0	0	21
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.273	0	3.273
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.273	0	3.273
5.07	Saldos Finais	164.500	548	0	-3.377	0	161.671

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	98.780	63.294
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.881	46.272
7.01.02	Outras Receitas	909	894
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	44.990	16.128
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.896	-35.666
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-63.782	-34.650
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.114	-1.016
7.03	Valor Adicionado Bruto	33.884	27.628
7.04	Retenções	-6.314	-4.926
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.308	-4.926
7.04.02	Outras	-6	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.570	22.702
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.340	3.083
7.06.02	Receitas Financeiras	4.340	3.083
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.910	25.785
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.910	25.785
7.08.01	Pessoal	5.680	6.116
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.283	4.638
7.08.01.02	Benefícios	1.165	1.176
7.08.01.03	F.G.T.S.	232	302
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.777	5.775
7.08.02.01	Federais	6.193	3.451
7.08.02.03	Municipais	2.584	2.324
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.307	10.621
7.08.03.01	Juros	7.418	6.702
7.08.03.02	Aluguéis	749	813
7.08.03.03	Outras	1.140	3.106
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.146	3.273
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.146	3.273

Comentário do Desempenho

ECO101 anuncia resultados do 1T18

Serra, 25 de abril de 2018 – A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018 (1T18). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2017 (1T17).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- ✓ O volume de tráfego atingiu 11.962 mil veículos equivalentes pagantes no 1T18, 3,3% superior a 1T17.
- ✓ O EBITDA pró-forma totalizou R\$25,9 milhões no 1T18 (+33,4%). A margem EBITDA pró-forma atingiu 52,5% no 1T18 (+7,6 p.p.).
- ✓ A receita líquida atingiu R\$94,2 milhões no 1T18 (+59,0%).

Destacques (R\$ milhões)	1T18	1T17	Var.
Volume de tráfego ¹	11.962	11.576	3,3%
Tarifa Média	4,42	4,00	10,6%
Receita líquida	94,2	59,2	59,0%
Lucro do período	8,1	3,3	148,9%
EBITDA Pró-forma ²	25,9	19,4	33,4%
Margem EBITDA Pró-forma ²	52,5%	44,9%	7,6 p.p.
Capex	49,0	19,2	155,2%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção

COMPANHIA

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101” ou “Companhia”) tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que inclui os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia acessa importantes portos: o de Vitória e o de Tubarão, na capital, o de Ilhéus, na Bahia, e o da Barra do Riacho. A rodovia possui acesso ainda às principais praias capixabas, como as Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	1T18	1T17	Var.
Leves	4.318	4.251	1,6%
Pesados	7.644	7.325	4,4%
Total	11.962	11.576	3,3%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.962 mil no 1T18 e 11.576 mil no 1T17, aumento de 3,3%.

O tráfego de veículos leves apresentou crescimento de 1,6% e o de veículos pesados de 4,4% em função da retomada da produção industrial e pela base de comparação fraca devido a greve da Polícia Militar que impactou negativamente o tráfego em fevereiro de 2017.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	1T18	1T17	Var.
ECO101	4,42	4,00	10,6%

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 10,6% no 1T18, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifário. Em maio de 2017, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Companhia em 10,8%, sendo 4,6% devido a aplicação do IPCA, 4,3% a reversão do fator "D" e o restante ao reequilíbrio da Lei dos Caminhoneiros e revisões ordinárias e extraordinárias.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$98,8 milhões no 1T18, crescimento de 56,1%, devido, principalmente, pela receita de construção, em função do maior nível de obras contratuais.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Receitas de Pedágio	52,9	46,3	14,3%
Receitas Acessórias	0,9	0,9	1,7%
Receita de Construção	45,0	16,1	179,0%
Total	98,8	63,3	56,1%

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 1T18 tiveram crescimento de 63,4% e totalizaram R\$77,6 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$23,4 milhões, redução de 1,5%.

Comentário do Desempenho

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Pessoal	5,7	6,1	-7,1%
Conservação e manutenção	3,2	3,1	4,3%
Serviços de terceiros	9,9	9,6	3,7%
Seguros, poder concedente e locações	2,9	2,8	3,9%
Outros	1,7	2,2	-24,0%
Custos caixa	23,4	23,7	-1,5%
Depreciação e amortização	6,3	4,9	28,1%
Provisão manutenção ICPC 01	2,9	2,7	8,5%
Custo de construção de obras ICPC 01	45,0	16,1	179,0%
TOTAL	77,6	47,5	63,4%

- ✓ **Pessoal:** R\$5,7 milhões no 1T18, influenciado principalmente pela otimização de estrutura de pessoal;
- ✓ **Outros:** R\$1,7 milhões no 1T18, redução de 24,0%, referente a redução nas provisões para contingências cíveis.
- ✓ **Depreciação e amortização:** R\$6,3 milhões no 1T18, 28,1% superior ao 1T17, devido a maior base de ativos da Companhia.
- ✓ **Provisão para manutenção:** R\$2,9 milhões no 1T18, aumento de 8,5% referente a provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento;

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$25,9 milhões no 1T18, com margem de 52,5% (+7,6 p.p.). O EBITDA, no 1T18, foi de R\$22,9 milhões (margem EBITDA 24,3%).

EBITDA (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Lucro líquido	8,1	3,3	148,9%
Imposto de renda e contribuição social	4,2	1,7	144,6%
Resultado Financeiro	4,2	6,7	-37,3%
Depreciação e amortização	6,3	4,9	28,1%
EBITDA ¹	22,9	16,7	37,5%
Margem EBITDA ¹	24,3%	28,1%	-3,8 p.p.
Provisão para manutenção ²	2,9	2,7	8,5%
EBITDA Pró-Forma ³	25,9	19,4	33,4%
Margem EBITDA Pró-Forma ³	52,5%	44,9%	7,6 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T18 foi negativo em R\$4,2 milhões, redução de 37,3%.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	1T18	1T17	Var.
Juros sobre Debêntures	(0,5)	-	n.m.
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6,9)	(6,7)	3,1%
Variação monet.s/empréstimos e financ.	(0,5)	(2,6)	-80,3%
Amortização de custos das debêntures	(0,0)	-	n.m.
Ajuste a valor presente s/prov.p/manutenção	(0,5)	(0,4)	0,0%
Outros efeitos financeiros	4,2	3,0	43,3%
TOTAL	(4,2)	(6,7)	-37,3%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$8,1 milhões no 1T18, crescimento de 148,9% em relação ao 1T17.

ENDIVIDAMENTO

A ECO101 encerrou março de 2018 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$25,3 milhões. O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$308,0 milhões em 31 de março de 2018 sendo 86,4% com vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$518 mil. A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$282,2 milhões, com indicador de Dívida Líquida/EBTIDA Ajustado de 2,9x.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2018	31/12/2017	Var.
Curto Prazo	41,3	40,3	2,4%
Debêntures	25,4	24,8	2,2%
Empréstimos	15,9	15,5	2,5%
Longo Prazo	266,2	269,8	-1,3%
Debêntures	-	-	n.m.
Empréstimos	266,2	269,8	-1,3%
Endividamento Financeiro Bruto¹	307,5	310,1	-0,8%
Obrigações com Poder Concedente	0,5	0,5	0,0%
Endividamento Bruto	308,0	310,6	-0,8%
Caixa e equivalentes de caixa	25,3	34,1	-25,9%
Dívida Líquida	282,8	276,5	2,3%
Endividamento Financeiro Líquido¹	282,2	276,0	2,3%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex realizado pela ECO101 totalizou R\$49,0 milhões no 1T18. Os principais investimentos realizados foram em duplicações e manutenções de pavimentos. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhares de R\$)	1T18		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
ECO101	49,0	-	49,0

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$95,2 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 18 de maio de 2014.

Em 27 de dezembro de 2017, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. – "ECS" (controladora direta da Companhia) celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela ECS, de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato.

A conclusão e emissão dessas informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 17 de abril de 2018.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017"), publicadas no dia 1 de março de 2018 nos jornais Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Tribuna do Espírito Santo e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

Notas Explicativas

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, não há impactos relevantes para a Companhia.

4. Reclassificações efetuadas pela Administração

A Administração da Companhia realizou reclassificações no total de R\$4.092 na Demonstração do fluxo de caixa para o período findo em 31 de março de 2017. As reclassificações têm por objetivo adequar as apresentações das rubricas “Pagamento de obrigações com Poder Concedente” e “Juros capitalizados”.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(1.487)	(1.487)
Juros capitalizados	-	(2.605)	(2.605)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(1.487)	1.487	-
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de intangível	(19.172)	2.605	(16.567)
	(20.659)	-	(20.659)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	2.877	3.628
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	985	7.833
Aplicações compromissadas (b)	7.559	11.012
Aplicações automáticas (c)	127	101
	11.548	22.574

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 37,2% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 21,6 % em Operações Compromissadas, 2,3% em Letra Financeira (LF), 38,9% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF) e 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais (Em 31 de dezembro de 2017 era 98,9%).

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.

Notas Explicativas

- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de Investimentos (*)	<u>13.740</u>	11.565
	<u>13.740</u>	<u>11.565</u>
Circulante	3.445	2.731
Não circulante	10.295	8.834

(*) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 97,6% do CDI (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

7. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	9.987	10.577
Receitas acessórias (b)	71	28
	<u>10.058</u>	<u>10.605</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

Não existem títulos vencidos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo no início do período	530	437
Adições	-	114
Baixas	(56)	(99)
Atualização monetária	2	14
Saldo no fim do período	<u>476</u>	<u>466</u>

Notas Explicativas

A natureza dos depósitos judiciais em 31 de março de 2018 são:

Natureza	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Cível	90	89
Trabalhista	339	330
Desapropriações	47	47
	<u>476</u>	<u>466</u>

Notas Explicativas

9. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo		Depreciação		Residual			
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2017	Adições		Saldos em 31/03/2018	31/12/2017	
Hardwares	20,0	19,6	29.073	2	29.075	(21.061)	(22.486)	6.589	8.012	
Máquinas e equipamentos	10,0	5,7	10.034	15	10.049	(1.517)	(1.660)	8.389	8.517	
Móveis e utensílios	10,0	10	2.009	-	2.009	(679)	(50)	1.280	1.330	
Terrenos	-	-	968	-	968	-	-	968	968	
Outros	-	18,2	1.147	-	1.147	(671)	(52)	424	476	
			43.231	17	43.248	(23.928)	(1.670)	(25.598)	17.650	19.303

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo		Depreciação		Residual			
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2016	Adições		Saldos em 31/03/2017	31/12/2016	
Hardwares	20,0	20,2	28.102	41	28.143	(15.370)	(1.417)	(16.787)	11.356	12.732
Máquinas e equipamentos	10,0	5,6	9.916	-	9.916	(954)	(140)	(1.094)	8.822	8.962
Móveis e utensílios	10,0	10,0	1.923	-	1.923	(483)	(48)	(531)	1.392	1.440
Terrenos	-	-	968	-	968	-	-	-	968	968
Outros	-	18,1	1.147	-	1.147	(462)	(52)	(514)	633	685
			42.056	41	42.097	(17.269)	(1.657)	(18.926)	23.171	24.787

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

A administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil – econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil – econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

10. Intangível

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada anual de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/03/2018
Contrato de concessão Intangível em andamento (**)	-	-	397.676	3.736	401.412	(41.901)	(4.527)	(46.428)	354.984	355.775	
Softwares de terceiros	20,0	17,7	159.597	45.241	204.838	-	-	-	204.838	159.597	
			2.504	-	2.504	(1.554)	(111)	(1.665)	839	950	
			559.777	48.977	608.754	(43.455)	(4.638)	(48.093)	560.661	516.322	

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada anual de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldo em 31/12/2016	Baixas	Saldo em 31/03/2017	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/03/2017	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/03/2017
Contrato de concessão Intangível em andamento (**)	-	-	368.184	1.074	369.258	(26.274)	(3.161)	(29.435)	339.823	341.910	
Softwares de terceiros	20,0	20,1	85.659	17.897	103.337	-	-	-	103.337	85.659	
			2.046	201	2.247	(1.096)	(108)	(1.204)	1.043	950	
			455.889	19.172	474.842	(27.370)	(3.269)	(30.639)	444.203	428.519	

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de março de 2018 é de 4,53% (3,43% em 31 de março de 2017).

(**) Os principais valores concentram-se nas obras de duplicação de segmentos e interseções, reparos localizados e micro revestimentos, desocupação de faixas de domínio, desapropriações, restauração do pavimento e sistemas de drenagem na BR101.

No período findo em 31 de março de 2018 foram capitalizados R\$3.986 de encargos financeiros (R\$2.605 em 31 de março de 2017). A taxa média de capitalização para o período findo em 31 de março de 2018 é de 29,8% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 57,8% em 31 de março de 2017.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balança patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018	31/03/2018
Prejuízo fiscal	5.326	-	(1.210)	4.116	(1.210)
Outros	219	5	(8)	216	(3)
Juros capitalizados Lei 11.637	(5.150)	(1.355)	-	(6.505)	(1.355)
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	260	10	(25)	245	(15)
Provisão para manutenção	5.154	1.173	-	6.327	1.173
Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo (i)	5.809	(167)	(1.243)	4.399	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					(1.410)

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$4.399 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/03/2018	31/12/2017
2019	2.041	2.946
2020	2.084	2.727
2021	5	45
2022	5	45
2023	264	46
	4.399	5.809

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**b) Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.375	5.002
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(4.208)	(1.701)
Despesas indedutíveis	(2)	(2)
Gratificações diretores	(24)	(32)
Incentivos fiscais - PAT	-	-
Outros	5	6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.229)	(1.729)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.819)	(1.379)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.410)	(350)
Alíquota efetiva	34,2%	34,6%

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo no início do período provisão IR/CS	293	670
Despesa IR/CS DRE	2.819	1.379
Total de IR/CS pagos no período	(2.445)	(1.526)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	667	523

12. Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Finem – BNDES	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	175.878	178.071
Finem – BNDES	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	67.170	67.761
Finem – BNDES	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	38.901	39.261
Financiamento– Banco Volkswagen	12/2019	21,27% a.a.	182	203
			282.131	285.296
Circulante			15.890	15.509
Não circulante			266.241	269.787

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	12.185	15.914
2020	17.324	17.309
2021	19.056	19.037
Posteriores a 2022	217.676	217.527
	266.241	269.787

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo no início do período	285.296	306.971
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	7.419	9.275
Pagamento principal	(3.502)	(2.145)
Juros pagos	(7.082)	(6.660)
Saldo no fim do período	<u>282.131</u>	<u>307.441</u>

Os contratos não requerem a manutenção de nenhum índice financeiro.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A	188.473	188.473	15.086	150 parcelas
B1	66.237	66.237	705	150 parcelas
B2	52.483	28.514	303	150 parcelas
B3	117.799	11.137	118	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	<u>882.144</u>	<u>294.361</u>	<u>16.212</u>	

<u>Instituição financeira</u>	<u>Garantias</u>
BNDES	Cessão de direitos creditórios.
Banco Volkswagen	Sem garantia.

13. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1ª Emissão - Eco101	12/2018	21,27% a.a.	25.392	24.847
			<u>25.392</u>	<u>24.847</u>
Circulante			25.392	24.847

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

31/03/2018

Saldo no início do período	24.847
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	545
Saldo no fim do período	25.392

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1º emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último vencendo-se na mesma data da amortização do principal em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(115)	24.885	CDI + 1,80% a.a.	8,96%

14. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Intangível	Circulante	Não circulante	Custo	Despesas	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	5.267	-	1.106	454	
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	6	-	-	-	-	
Unimar Transportes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	404	-	1.364	-	
Vix Logística S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	439	-	1.468	-	
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda (e)	Outras partes relacionadas	-	156	-	-	-	
Engenharia e Constr. Araribóia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	2.539	1.169	-	-	-	
Contek Engenharia S.A. (g)	Outras partes relacionadas	2.987	1.612	-	-	-	
A. Madeira Ind.Com. Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	2.987	1.592	-	-	-	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	20.000	-	-	
Total em 31 de março de 2018		8.519	10.639	20.000	3.938	454	
Total em 31 de dezembro de 2017		30.352	11.676				
Total de 31 de março de 2017					5.242	520	

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$6.242, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo de R\$5.267 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias e avais.
- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., presta serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. é de R\$55.382. O prazo para execução destes serviços foi em maio de 2017. Em 31 de março de 2018 não há saldos a pagar de serviços incorridos.
- (c) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2018, já haviam incorridos R\$23.220. Em 31 de março de 2018, há um saldo em aberto a pagar de R\$404 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias e avais.
- (d) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Vix e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$28.480 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2018, já haviam incorridos R\$25.125, e há um saldo a pagar de R\$439 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias e avais.
- (e) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$7.373. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016 e o saldo em aberto em 31 de março de refere-se à retenção de caução no valor de R\$ 156.
- (f) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 26% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$49.364 participação da Araribóia). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.169, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A Contek Engenharia S.A. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29

Notas Explicativas

de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da Contek). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.612, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- (h) A A. Madeira Ind e Com. Ltda, participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da A. Madeira). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.592 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (i) Refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No período findo em 31 de março de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2018 em R\$ 1.433 (R\$1.360 em 31 de dezembro de 2017).

A remuneração paga aos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	547	414
Previdência privada	9	8
Plano de opção com base em ações	5	20
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	6	12
Assistência médica	10	10
Seguro de vida	1	1
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	40	123
Total	618	588

15. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 11,04% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	21.707	4.297	-	26.004
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(9.585)	(1.348)	-	(10.933)
Ajuste a valor presente das realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	3.039	-	500	3.539
	15.161	2.949	500	18.610
Circulante	-			500
Não circulante	15.161			18.110

	31/12/2016	Adição	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	19.204	4.156	-	23.360
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(8.734)	(1.437)		(10.171)
Ajuste a valor presente das realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	1.393	-	412	1.805
	11.863	2.719	412	14.994
Não circulante	11.863			14.994

16. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	652	112	764
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	32	12	43
(-) Pagamentos	(102)	(2)	(103)
(+) Atualização monetária	15	3	18
Saldos em 31 de março de 2018	597	125	722

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	382	13	395
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	108	-	108
(+) Atualização monetária	45	1	46
Saldos em 31 de março de 2017	535	14	549

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos de natureza cível, que totalizam R\$103.952 em 31 de março de 2018 (R\$82.280 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

b) *Processos trabalhistas*

Em 31 de março de 2018, existem processos de natureza trabalhista que totalizam R\$8.392 (R\$7.822 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

17. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização ANTT	518	518
Circulante	<u>518</u>	<u>518</u>

O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo no início do período	518	496
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	1.555	1.487
Pagamento	<u>(1.555)</u>	<u>(1.487)</u>
Saldo fim do período	<u>518</u>	<u>496</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2018, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	<u>Previsão de 2018 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	1.624.154	1.657.807
Conservação especial (manutenção)	566.550	562.604
Equipamentos	345.417	343.021
	<u>2.536.121</u>	<u>2.563.432</u>

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$203.000, representado por 203.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Em 03 de março de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 10 de abril de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$13.500.000 (treze milhões e quinhentos mil reais) mediante a emissão, nesta data, de 13.500.000

Notas Explicativas

(treze milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Em 10 de julho de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. – “ECS” (controladora direta da Companhia) celebrou em 27 de dezembro de 2017 Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. (“Centaurus”) e com a Grant Concessões e Participações Ltda. (“Grant”) referentes a aquisição, pela ECS, de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 203.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2018 o saldo é de R\$1.081 (R\$1.081 em 31 de dezembro de 2017).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 31 de março de 2018 não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

19. Receita líquida

	31/03/2018	31/03/2017
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	25.312	22.105
Pedágio por equipamento eletrônico	25.206	21.503
Vale-pedágio	2.363	2.664
	52.881	46.272
Receita de construção (b)	44.990	16.128
Receitas acessórias (c)	909	894
Receita bruta	98.780	63.294
Deduções da receita bruta	(4.554)	(4.046)
Receita líquida	94.226	59.248

Notas Explicativas

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.
- (c) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

	31/03/2018	31/03/2017
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	52.881	46.272
Receitas acessórias	909	894
	53.790	47.166
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(1.614)	(1.415)
PIS (0,65%)	(350)	(307)
ISS (2% a 5%)	(2.584)	(2.324)
Abatimentos	(6)	-
Deduções da receita bruta	(4.554)	(4.046)

20. Custos e despesas operacionais - por natureza

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	5.680	6.116
Conservação, manutenção e outros	3.234	3.101
Serviços de terceiros (*)	9.912	9.554
Seguros	598	598
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	1.555	1.487
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15)	2.949	2.719
Custos de construção de obras (vide Nota Explicativa nº 19)	44.990	16.128
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 9 e 10)	6.308	4.926
Locação de imóveis e máquinas	749	709
Outros custos e despesas operacionais	1.658	2.183
	77.633	47.521
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	75.512	45.424
Despesas gerais e administrativas	2.121	2.097
	77.633	47.521

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

Notas Explicativas

21. Resultado financeiro

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	351	460
Juros capitalizados (vide Nota Explicativa nº 19)	3.986	2.605
Atual. monetária créditos fiscais	3	18
	<u>4.340</u>	<u>3.083</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 12)	(6.911)	(6.702)
Juros sobre debêntures (vide Nota Explicativa nº 13)	(507)	-
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 12)	(508)	(2.573)
Amortização de custos com debêntures	(38)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15)	(500)	(412)
Atual. monetária obrigações fiscais	(18)	(46)
Outras	(76)	(75)
	<u>(8.558)</u>	<u>(9.808)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.218)</u>	<u>(6.725)</u>

22. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	8.146	3.273
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	185.574	161.450
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,04</u>	<u>0,02</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	31/03/2018	31/12/2017
Dívida (i)	308.041	310.661
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(25.288)	(34.139)
Dívida líquida	282.753	276.522
Patrimônio líquido (ii)	228.206	220.054
Índice de endividamento líquido	1,24	1,26

(i) A dívida é definida pelos empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente (Notas Explicativas nºs 12, 13 e 17).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 90% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (91,7% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2018 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	2.877	2.877
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (i)	Empréstimos e recebíveis	22411	22411
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	10.058	10.058
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	13.722	13.722
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	282.131	282.131
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	25.392	25.392
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Outros passivos financeiros	518	518
<i>Phantom stock option</i> (iv)	Outros passivos financeiros	86	86

Notas Explicativas

- (i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens *top-down* e *botton-up*.

Na abordagem *top-down* são identificados os riscos significativos e de cada Unidade de Negócio que podem impactar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia. Estão relacionados à análise do ambiente externo (ameaças e oportunidades) e do ambiente interno (forças e fraquezas) e traduzidos no inventário de riscos significativos (*Top Risks*).

Sua revisão está inserida no acompanhamento e no monitoramento do cumprimento do Planejamento Estratégico.

Na abordagem *botton-up* são identificados os riscos de processos na cadeia de valor dos processos de gestão, de negócio e de suporte que podem impactar o cumprimento dos objetivos dos processos da Companhia. Sua revisão está inserida nas atividades de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria com acompanhamento e monitoramento periódico.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: prontidão Operacional, Imagem, Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Legal e Social.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$8.476 (R\$9.049 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 3,84% a.a.	41.023	41.023	41.023	339.965
Debêntures	CDI + 1,8% a.a.	27.039	-	-	-
Financiamento	21,27% a.a.	122	92	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I – provável	Cenário II – 25%	Cenário III – 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	332	249	166
BNDES (b)	Alta do TJLP	(26.137)	(32.671)	(39.206)
Debêntures (c)	Alta do CDI	(2.013)	(2.297)	(2.579)
Juros a incorrer, líquido		(27.818)	(34.719)	(41.619)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	6,25%	4,69%	3,13%
TJLP (b)	6,75%	8,44%	10,13%
CDI (c)	6,25%	7,81%	9,38%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

24. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Serra - ES

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados/revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 22 de fevereiro de 2018 e 8 de maio de 2017, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de abril de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. referente as informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2018.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Paulo Roberto Hanke

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. referente as informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2018.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Paulo Roberto Hanke

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores